

Disposições políticas no espiritismo brasileiro: entre “neutralidade” conservadora e aspirações socialistas

Political dispositions in Brazilian spiritism: between conservative “neutrality” and socialist aspiration

Sinuê Neckel Miguel

 <http://orcid.org/0000-0002-3496-0910>
Universidade Estadual da Paraíba

Resumo: Neste artigo é examinada a conformação de um discurso de neutralidade, isenção e alheamento político no espiritismo brasileiro, acomodando-o de modo conservador à sociedade capitalista, bem como a produção de um espiritismo à esquerda, minoritário, que abriga ideários socialistas. Embora seja dominante, a disposição conservadora conviveu e confrontou-se com discursos dissonantes de viés progressista, geralmente discretos e moderados, mas, por vezes, expressos em termos mais engajados e radicalizados. Os termos do discurso de neutralidade e alheamento à política incluem a ojeriza às “paixões políticas”, uma concepção individualista e reducionista de moral consagrada numa fórmula despolitizada de “reforma íntima” e a dicotomia sagrado/profano como grade de leitura de mundo. A partir das lentes da classe média, opera ainda a seletividade ideológica quanto àquilo que é aceitável ou não em termos de discurso espírita sobre questões sociais. Já a produção de um discurso espírita à esquerda pode ser entendida sobretudo a partir das áreas de afinidade eletiva ou correspondência estrutural entre o cristianismo e o socialismo, bem como pela origem do espiritismo na França no bojo das relações históricas entre socialistas utópicos e o movimento espiritualista. Destacamos, por fim, o Movimento Universitário Espírita de 1967-1974, pelo claro rompimento com a dicotomia sagrado/profano e consequente adensamento político do ideário socialista no âmbito do espiritismo brasileiro.

Palavras-chave: Espiritismo. Política. Socialismo.

Abstract: In this article we examine the conformation of a discourse of political neutrality, exemption and detachment in Brazilian Spiritism, accommodating it in a conservative way to capitalist society, as well as the production of a leftist Spiritism, minority, that shelters socialist ideas. Although dominant, the conservative disposition coexisted and confronted dissonant discourses of progressive bias, generally discrete and moderate, but sometimes expressed in more engaged and radicalized terms. The terms of the discourse of neutrality and alienation from politics include the loathing of “political passions”, an individualistic and reductionist conception of morality enshrined in a depoliticized formula of “intimate reform” and the sacred/profane dichotomy as a world-reading grid. From the lens of the middle class, ideological selectivity still operates on what is acceptable or not in terms of spiritist discourse on social issues. The production of a spiritist discourse on the left, otherwise, can be understood mainly from the areas of elective affinity or structural correspondence between Christianity and socialism, as well as the origin of spiritism in France in the midst of historical relations between utopian socialists and the spiritualist movement. Finally, we highlight the 1967-1974 Spiritist University Movement, for its clear break with the sacred/profane dichotomy and the consequent political densification of the socialist ideology within the scope of Brazilian spiritism.

Keywords: Spiritism. Politics. Socialism.

Introdução

Num momento em que candentes polémicas na arena política brasileira têm gerado processos de acirramento de disputas de ideias, de narrativas e de projeto político em diversas instâncias da vida social – da família aos grupos religiosos –, o movimento espírita não ficou indiferente. Temos hoje a crescente explicitação de profundas divergências políticas entre espíritas



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

que se opõem, em termos de oposição entre esquerda e direita ou entre progressistas e conservadores, abalando a tradicional orientação pela exclusão do debate político no interior das instituições espíritas. Sobretudo desde o golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016 e seus desdobramentos, até a atual onda neofascista sob o governo Bolsonaro, o elevado grau de tensionamento político tem tornado cada vez mais frágil o edifício retórico do alheamento do espiritismo ante à política “do mundo”. Este estudo justifica-se, portanto, não apenas pela escassez de pesquisas sobre a questão política nos trabalhos sobre o espiritismo, mas também pela sua atualidade.

Para melhor compreendermos a situação presente, faz-se necessário investigarmos a emergência e elaboração dos termos que balizam os discursos dos atores em disputa, ajudando-nos, ainda que introdutoriamente, a mapear seu posicionamento relacional na arena político-doutrinária do espiritismo.

O texto apresenta, então, uma análise histórica da relação entre espiritismo e política no Brasil ao longo do século XX, destacando as flutuações ideológicas e a pluralidade de posições que compõe o movimento espírita brasileiro. Nosso objetivo é delinear, em traços gerais, como se formatou de um lado um discurso predominante de neutralidade política, funcional à adaptação conservadora e conjuntural ao *status quo*, e de outro a contraposição de uma tradição intelectual minoritária de viés socialista, que pode ser entendida dentro de um arco mais amplo de um “espiritismo progressista”.

Para tanto, utilizamos como fonte de pesquisa a revista *O Reformador*, editada pela Federação Espírita Brasileira (FEB), pela sua representatividade como expressão do pensamento produzido no seio da instituição de maior alcance organizacional e editorial entre os espíritas brasileiros. Ainda que não exista estrutura clerical no espiritismo e que se constate uma miríade de tendências, dissidências e correntes que expressam distintos modos de ser espírita, a hegemonia institucional e identitária ainda pertence à FEB, ao menos desde o chamado Pacto Áureo de 1949. Adicionalmente, recorreremos a obras produzidas por personagens representativos do que estamos considerando como “espiritismo progressista”, por assumir postura crítica diante do *status quo*.

Embora consideremos que a posição conservadora, escudada num discurso de neutralidade como forma de recusa à presença espírita no campo político, encontra-se bem delineada tanto na produção textual examinada nas páginas d’*O Reformador* quanto na voz de expoentes do movimento espírita federado, não temos a pretensão aqui de aferir quantitativamente a distribuição de forças e de opiniões e posicionamentos políticos no campo espírita. Também não analisamos exaustivamente os discursos de figuras de destaque, com o fito de identificar com precisão os posicionamentos políticos de protagonistas do movimento espírita. O objetivo a que nos propomos foi tão somente o de compreender em que termos se desenvolveram discursos políticos no espiritismo brasileiro, permitindo-nos uma visualização introdutória das disposições políticas construídas ao longo da história do movimento espírita.

Cabe observar ainda que não tivemos a intenção de analisar as características específicas do desenvolvimento histórico do pensamento espírita referenciado nos sucessivos períodos históricos (República Velha, Era Vargas, Período democrático, Ditadura Civil-Militar, Nova República e atualidade). As referências ao contexto histórico nacional, embora presentes ao longo do texto, não são, portanto, sistemáticas.

O discurso da neutralidade

Sabemos que o espiritismo nasce e se desenvolve no bojo da afirmação moderna liberal de separação das esferas da religião e da política. A religião, assim, deve ser privatizada, restringida ao universo estrito do indivíduo – a consciência privada (BURITY, 2001). Se por um lado tal concepção assegura, em tese, a sustentação do Estado laico, por outro lado a religião é induzida a esvaziar-se de elementos ético-políticos mais concretos que permitam aos seus adeptos uma

tomada de posição coletiva ante as “questões mundanas” de seu tempo.

Aparentemente bem alinhados a esse modelo de secularização, frente ao mundo da política tradicionalmente os dirigentes do espiritismo reiteram a demarcação de uma linha limítrofe a qual o espiritismo não deve cruzar, sob pena de lhe desfigurar o verdadeiro propósito.

A história da conformação de um discurso de neutralidade política remonta à interdição da Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas às discussões políticas, o primeiro dos “centros espíritas”, fundado por Allan Kardec em 1858. No seu regulamento, lê-se:

Art. 1º – A Sociedade tem por objetivo o estudo de todos os fenômenos relativos às manifestações espíritas e suas aplicações às ciências morais, físicas, históricas e psicológicas. São defesas nela as questões políticas, de controvérsia religiosa e de economia social. (KARDEC, 1996 [1861], p. 445)

Além da cautelosa postura de Kardec frente à política¹, estratégias discursivas contribuíram para a acomodação do espiritismo a um domínio religioso circunscrito, supostamente adequado à modernidade liberal. No Brasil, conquanto o abolicionismo, o liberalismo e o republicanismo tenham caracterizado politicamente os espíritas no século XIX (DAMAZIO, 1994), com uma confluência significativa com grupos intelectuais vinculados a um projeto modernizador (livres pensadores, maçons, positivistas, protestantes e socialistas) (ARRIBAS, 2014; MIGUEL, 2009a, NOGUEIRA, 2016; SILVA, 1997), muito cedo, ao menos já no princípio do século XX, começa a se afirmar uma noção de que o espiritismo deveria apartar-se da política.

Entre os espíritas a política passa a ser entendida, normalmente, de um modo restrito, como política partidária, e vista pejorativamente². Como tal, é interdita nas instituições espíritas³. Mais do que isso, o campo da política é considerado tão perigoso para a integridade moral dos que nele se aventuram que, à exceção do ato de votar, até mesmo a candidatura individual de espíritas, enquanto cidadãos, é insistentemente desaconselhada. Isto pode se verificar, por exemplo, em diversos textos sobre a temática política publicados na revista *Reformador*, órgão oficial da Federação Espírita Brasileira (FEB) (ver, por exemplo, *Reformador*, fev. 1908, p. 49-52; nov. 1910, p. 348-351; out. 1918, p. 321-325 e 333; fev. 1926, p. 78-79; nov. 1927, p. 493-496; out. 1934, p. 541; set. 1937, p. 355-356; nov. 1946, p. 256).

Conforme Leopoldo Cirne, sucessor de Bezerra de Menezes na presidência da FEB (1900-1913), a política, em seu estado atual, pelo seu ambiente moral, seria incompatível àqueles que possuem uma conduta reta. Então, ainda que imaginasse que num futuro mais ou menos distante “os moralizadores efeitos” do Espiritismo se refletiriam na própria esfera política, “tornada então, mas somente então, acessível aos espíritas”, para o presente momento Cirne afirmava uma imperativa restrição aos espíritas militantes: “não podem servir ao Christo e à política” (*Reformador*, out. 1918, p. 324).

Para citarmos outro exemplo, o articulista Alberto Sá inicia seu texto no *Reformador*, sob o título “Espiritismo e política”, do seguinte modo: “Espiritismo e Política – a verdade defrontando-se com a falsidade. Por isto mesmo, não podemos compreender que haja consórcio entre coisas tão

¹ Essa cautela talvez possa ser compreendida, ao menos parcialmente, pelo contexto político repressivo sob Napoleão III. Não obstante, Kardec eventualmente registra suas concepções acerca de temáticas que podem ser consideradas político-econômicas, embora sem desenvolvê-las sistematicamente e atendo-se a comentários bastante gerais. É o caso, por exemplo, do texto “Desigualdade das riquezas”, no capítulo 16 de *O Evangelho segundo o Espiritismo*, texto, aliás, bastante revelador da faceta mais conservadora do pensamento de Kardec.

² Vale notar que a recusa espírita ao “mundo da política” não é estranha à autonomização moderna da política em relação à moral ou, antes, à moral de fundamento religioso, cuja expressão fundadora é normalmente reconhecida em Maquiavel. Esta autonomização é uma das dimensões da separação entre Igreja e Estado. O problema do dualismo entre religião e política, esferas que seriam atinentes, respectivamente, à “ética da convicção” e à “ética da responsabilidade”, nos termos de Weber, conduz a múltiplas tensões, tentativas de acomodação ou redução de uma à outra, de reversão ou superação de seus antagonismos.

³ É comum entre os espíritas a referência à “promiscua” relação da Igreja católica com o Estado, servindo de anti-modelo para o espiritismo. Veja-se, por exemplo, o *Reformador*, nov. 1929, p. 656-657; jul. 1931, p. 394; jul. 1958, p. 145-146; jan. 1959, p. 19; mai. 1960, p. 109; set. 1967, p. 216.

antagônicas” (*Reformador*, out. 1934, p. 541). Para o autor,

A política é o que se vê: o interesse, o ódio, a vingança e mais nada; e o Espiritismo é uma doutrina que aponta a todos a perfeição, o amor, o amparo generoso a seus semelhantes. Como pode um espírita ser político, se o objetivo de uma é a negação do da outra – um antagonismo perfeito? (*Reformador*, out. 1934, p. 541)

A “paixão partidária”, coisa material, levaria o indivíduo a tornar-se um autômato, pois ele “perde o controle espiritual” e passa a ser um “elemento igual aos demais que comungam na sua opinião”, donde aparece o “predomínio do desejo de vencer, acarretando tal desejo o de aniquilar o antagonista pelos meios ao seu alcance” (*Reformador*, out. 1934, p. 541). Em razão do ódio despertado pela política, o articulista entende que

O espírita-político é um perigo para si e para a própria doutrina: para si, porque mergulha seu espírito no mar grosso das tempestades da vida, onde só há nuvens negras e vagalhões terríveis; para a doutrina, porque os que o conhecem e sabem de seu credo julgam que o Espiritismo foi que o encaminhou para tais veredas. (*Reformador*, out. 1934, p. 541)

Daí, conclui que “não podemos compreender que um espírita, um espírita convicto seja político”. Apelando para o lema “Dai a César o que é de César e a Deus o que for de Deus”, o articulista⁴ quer convencer os espíritas a não contribuírem para as “comoções” que já afligem a sociedade, “principalmente pela ação de credos unitários ou comunistas” (*Reformador*, out. 1934, p. 541).

Outro elemento importante na construção do discurso da neutralidade política é o que talvez se possa caracterizar como uma espécie de individualismo reducionista e atomista, de caráter ontológico. Ao enxergar a sociedade por lentes exclusivamente individuais, a moral praticada pelos indivíduos e encerrada no seu ser individual é vista como condição única e suficiente para a resolução dos problemas sociais⁵. Então, tudo o mais é supérfluo e mesmo equivalente, no que se refere ao seu conteúdo moral – se a moral se encerra no indivíduo, tudo o que o excede na verdade é, em essência, amoral. Rodrigues Nou⁶, outro articulista do *Reformador*, assevera que

Estando à frente da administração pública homens de elevação moral, toda forma de governo é boa, é sadia. Absolutismo, monarquia constitucional, república, ditadura, tudo serve, desde quando seja executado sinceramente, sob a influência da cabeça e não do estômago, como acontece na maioria dos casos. (*Reformador*, mai. 1935, p. 206-207)

Nessa lógica, os diferentes sistemas de governo e os diversos partidos políticos não apresentariam qualquer traço específico que justificasse a adesão dos espíritas. Por isso o articulista opõe-se àqueles espíritas que acham “que devemos militar nos partidos políticos para, desse modo, combatermos o vício, a desordem, enfim o mal” (*Reformador*, mai. 1935, p. 207). Além de reiterar o senso pejorativo de política, afirmando que “política é ambição e, esta, prepotência, intriga, ódio, traição, discórdia, orgulho”, não faria sentido militar em partido político porque devem ser escolhidos como eleitos aqueles “cuja moral seja uma garantia para todos”, não devendo o voto ser orientado por “critério partidário” (*Reformador*, mai. 1935, p. 207).

Se em *O livro dos espíritos* o orgulho e o egoísmo são destacados como os maiores obstáculos ao progresso da humanidade (veja-se as questões 785 e 806 dessa obra), para muitos espíritas, apoiados numa espécie de reducionismo individualista, isto implicaria num certo desprezo por “reformas exteriores”, relacionadas a aspectos institucionais e coletivos, “fora” do íntimo dos

⁴ Alberto Sá retorna ao tema espiritismo e política em outro artigo, reiterando seus argumentos e relatando uma história sobre um político espírita a fim de corroborá-los (*Reformador*, fev. 1935, p. 83-84).

⁵ Luiz Signates reflete a respeito do individualismo espírita, consagrado na despoliticada fórmula da “reforma íntima” (SIGNATES, 2019).

⁶ José Rodrigues Nou foi juiz de Direito da Comarca de São Cristóvão – SE e presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe entre 1954 e 1959.

indivíduos. Nesse recorrente raciocínio, a única mediação frequentemente apresentada para partir da identificação da “raiz do mal” e chegar à formulação de uma solução prática é a *educação*, reduzida muitas vezes a uma espécie de catecismo evangélico⁷.

Para citarmos um texto recente, em *O espírita ante a política*, de 2012, o articulista Christiano Torchi⁸ repisa os argumentos tipicamente utilizados para demarcar a separação entre espiritismo e política (*Reformador*, mai. 2012, p. 163-165). Insiste na missão que caberia ao espiritismo, voltada para a reforma íntima dos indivíduos, para o adiantamento moral que, em última instância, seria o responsável pelo progresso da sociedade. Então, “progredindo moralmente, por influência do Espiritismo, a sociedade preparará, de forma natural, bons políticos e até estadistas para atuarem nas instituições públicas” (*Reformador*, mai. 2012, p. 164). *O consolador*, de Emmanuel⁹ (XAVIER, 2013), é citado:

A missão da doutrina é consolar e instruir, em Jesus, para que todos mobilizem as suas possibilidades divinas no caminho da vida. Trocá-la por um lugar no banquete dos Estados é inverter o valor dos ensinamentos, porque todas as organizações humanas são passageiras em face da necessidade de renovação de todas as fórmulas do homem na lei do progresso universal, despreendendo-se daí que a verdadeira construção da felicidade geral só será efetiva com bases legítimas no espírito das criaturas. (*Reformador*, 2012, p. 163)

O deslize semântico da política para o Estado – sendo este reduzido a um *locus* de privilégio aos que nele se abrigam – cumpre a função discursiva de fixar duas imagens contrastantes: de um lado o espiritismo, a caridade, a doação, o desprendimento, o espiritual e o verdadeiro; de outro, a política, o Estado, os interesses materiais, o transitório e o falso.

Podemos ler a separação operada entre religião e política nos termos da manutenção da dicotomia entre sagrado e profano (MIGUEL, 2011). A religião, pertencente por natureza ao domínio do sagrado, àquilo que é de fonte divina e espiritual, que revela a verdade e possui por isso perenidade, opõe-se à política como esfera da vida profana, onde impera o humano, o imperfeito, aquilo que é falível, material e passageiro.

Trata-se de uma grade de representações da religião e da política que bloqueia aproximações, contatos e misturas entre estes dois domínios. A religião (e/ou talvez, a “religiosidade” ou “espiritualidade”, nas suas formulações contemporâneas), entendida como pertencente rigorosa e exclusivamente ao domínio do sagrado, deve proteger-se do mundo profano da política, sob pena de contaminar-se (daí as alusões frequentes entre autores espíritas à “corrupção” do cristianismo promovida pela Igreja Católica em sua “ânsia por poder mundano”). O espiritismo, evitando a solução fundamentalista do problema (o domínio do sagrado ao ponto de eliminar o profano), resguarda-se então à sua missão evangelizadora dos indivíduos, incitando-lhes à reforma íntima e abstendo-se do debate político e da consequente militância em favor de causas sociais “materiais”.

Assim, qualquer discussão mais específica de problemas sociais acaba sendo vetada,

⁷ É nesse sentido que Rodrigues Nou assevera: “Só com a educação evangélica da nova geração poderemos estancar a orgia, a loucura atual. [...] Conservemos, aumentando-a, a obra espiritual, a única que se eterniza no âmbito das atividades humanas, tantas vezes deslocadas para a sementeira entre espinheiros. [...] O que não convém é a distração de energias, nesses movimentos políticos e sociais aparentemente simpáticos, que tanto vêm empolgando a muitos, entre os quais espíritas sinceros alguns, vítimas, somente, da boa intenção de serem úteis aos nossos semelhantes” (*Reformador*, jul. 1937, p. 283).

⁸ Christiano Torchi, nascido em 1954 em Presidente Prudente – SP, é Consultor Educativo da Escola Judicial do Mato Grosso do Sul e atua como voluntário mediador/conciliador perante o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Poder Judiciário, na área de família, com sede no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Torchi é colaborador da Federação Espírita de Mato Grosso do Sul e dirigente de reuniões mediúnicas no Centro Espírita Discípulos de Jesus. É autor dos livros *Espiritismo passo a passo com Kardec* e *As leis morais na atualidade*, ambos publicados pela FEB Editora.

⁹ Emmanuel é tido por espírito-guia do médium Francisco Cândido Xavier e autor espiritual de inúmeras obras largamente difundidas entre os espíritas, como uma série de romances históricos, onde situa sua própria existência em encarnações anteriores, bem como diversas obras de cunho doutrinário, com ênfase na exortação moral cristã.

mantendo-se, por regra, a linha argumentativa de reduzir a solução para tais problemas a fórmulas genéricas como a reforma íntima dos indivíduos ou a evolução espiritual da humanidade. Um dos possíveis efeitos desse raciocínio é a naturalização das estruturas sociais, pois que se concebe em abstrato um mundo melhor, mais evoluído, apenas pela reposição do que temos hoje em termos de estruturas e instituições sociais com “novas peças individuais”, quer dizer, com espíritos mais evoluídos.

Ilustra bem esse ponto os escritos de Angel Aguero¹⁰ publicados no *Reformador*, ainda na República Velha. A essa época, parece-nos ainda que havia mais espaço para a manifestação acerca de questões “mundanas”, daí eventualmente encontrarmos a publicação de opiniões de espíritas sobre problemas como comércio internacional, geopolítica e guerra, por vezes com menções nominais aos grandes atores da política internacional. Antes da consolidação da ideia de um espiritismo apolítico, circulavam eventualmente concepções de interferência espírita mais ou menos direta no mundo da política e do Estado¹¹. Por exemplo, em “O Espiritismo e a Política”, texto de 1917, Angel Aguero vislumbra um futuro no qual o Espiritismo contaria “com grande número de adeptos, dispostos a uma ação perseverante nos assuntos públicos e com uma organização apropriada [...]”, quando então os organismos espíritas, “providos de bem meditados programas e planos de reformas convenientemente graduados e factíveis”, poderão

[...] apresentar-se como tais no palanque público a interessar a opinião, em favor de suas soluções e acudir aos comícios, com o propósito de conseguir representação legal, própria, nos corpos representativos, aos quais levarão o espírito de sua doutrina, para que inspire o labor dos legisladores e as resoluções e ações dos mandatários e autoridades de toda a classe e categoria (*Reformador*, jun. 1917, p. 187).

É notável que, ainda assim, geralmente o “mundano” acaba sendo “depurado” em favor daquilo que seria próprio do espiritismo, sua moral perene em favor de um indivíduo melhor. É o que se vê numa série de textos de Aguero publicados sob o título “Inspirações”, entre 1923 e 1925. Em artigos como “A burocracia e o Espiritismo”, “A riqueza e a pobreza”, “O Espiritismo e o comércio”, ou ainda “A diplomacia”, “O Espiritismo e as forças armadas”, “O Espiritismo e a magistratura”, repete-se a ideia de que o espiritismo contribui com essas “coisas do mundo” fazendo dos homens seres melhores, mais honestos, mais fraternos, mais benevolentes, mais operosos, etc¹² (*Reformador*, jun., 1924, p. 227; mai. 1924, p. 191; abr. 1924, p. 171; mar. 1924, p. 131; fev. 1924, p. 43). O mesmo se diz da política:

[...] o espírita levará ao seio de sua família a influência do ideal que professa, fazendo-o conhecido dos que a compõem e exemplificando-o pela conformidade do seu proceder com os preceitos que dele emanam. No meio político, os espíritas, disseminados pelos diferentes partidos existentes e, igualmente, pelas escolas socialistas, lhes levarão às fileiras o influxo do ideal, procurando orientar-lhes por este o labor, o modo de proceder. Como comerciante, como

¹⁰ De origem operária, tendo nascido na Espanha em 1860 e habitado em diversas cidades e países, como Barcelona, Buenos Aires e Porto Alegre, Angel Aguero foi figura importante na disseminação do espiritismo, estando à frente da publicação de uma série de periódicos espíritas, como *El Espiritismo*, *Nueva Era*, *La Unión Espiritista*, *Fraternidad*, *La Antorcha del Progreso*, *Eternidade* e *Boletim da Federação Espírita do Rio Grande do Sul*.

¹¹ Compreender em maior detalhe como se desenvolve o relativo afastamento da política do âmbito do espiritismo, bem como suas variações geográficas, é uma tarefa importante que se coloca para a pesquisa histórica. De um lado, parece-nos que o espiritismo de origem hispânica, sobretudo aquele que se desenvolvera na Catalunha e na Argentina, revelou um matiz mais politizado do que o espiritismo de matriz francesa e do que o espiritismo brasileiro. Também temos a impressão de que a consolidação da ideia de um espiritismo apolítico, ao menos no Brasil, se dá na década de 1950. Em 1946, no I Congresso Espírita da Alta Paulista, em Marília – SP, discutiu-se a questão do envolvimento dos espíritas na vida político-partidária, tendo sido apresentada uma proposta de criação de um partido político espírita por alguns membros da FEESP. Após protestos e críticas, a proposta fora rejeitada pela plenária (RIZZINI, 2001, p. 54-55).

¹² Podemos levantar a hipótese de que, mesmo quando algum autor, isoladamente, expressa opinião mais concreta sobre alguma questão “exterior” ao âmbito do espiritismo, normalmente não se produz engajamento coletivo dos espíritas em torno de tal questão. Angel Aguero, por exemplo, reclama da obrigatoriedade do alistamento militar, mas não temos notícia, no caso brasileiro, de uma militância espírita organizada em torno desta causa, embora seja algo a ser devidamente examinado.

industrial, como professor, como homem de estudos, na magistratura, no exército, no governo, onde quer que se encontre e atue, o espírita procurará obrar de acordo com o critério que formou para si à sombra da doutrina que professa e, assim, paulatinamente, o Espiritismo se irá impondo ao mundo, até conseguir completo império sobre as consciências e sobre todas as instituições, sejam de que caráter forem. (Reformador, mai. 1932, p. 251)

Além da “marcha natural do progresso”, um mundo bom é assim, logicamente, o resultado do crescimento dos adeptos do espiritismo – o que lhe permite legitimamente encastelar-se na sua missão evangelizadora, protegendo-se da contaminação política do mundo.

Em tempos mais recentes, a política já é pensada, com mais frequência, sob uma ótica moralmente mais positiva e socialmente abrangente, remetendo a definições clássicas (Aristóteles e Platão) (ver, por exemplo, *Reformador*, mar. 1986, p. 83-84). Muito expressivo é o livro *Espiritismo e política: contribuições para a evolução do ser e da sociedade*, de Aylton Paiva¹³. Em muitos aspectos, esta publicação é uma exceção no cenário espírita. Sua abordagem avança a ideia de que o espiritismo, sob o aspecto filosófico, apresenta normas políticas, traçadas a partir das Leis Morais que são objeto de reflexão d’*O livro dos espíritos*.

O caráter sucinto e introdutório do livro contribui para uma apresentação cautelosa destas normas políticas num nível de abstração razoavelmente palatável para leitores de variável posicionamento no arco ideológico, embora claramente identificadas com o campo progressista (insistindo, por exemplo, na necessidade de superação das desigualdades sociais e criticando a exploração do trabalho humano). O limite que a obra não transpõe é o marco individual da “ação espírita”. Embora incite os espíritas a não se limitarem à “reforma íntima”, a ação política de cada espírita resta ainda como questão individual. Como coletividade, isto é, como movimento ou instituição, o máximo a que se chega é ao estudo e reflexão dos princípios político-filosófico-espíritas no Centro Espírita (PAIVA, 2014).

Em suma, a política, mesmo pensada sob luz mais positiva, como *prática*, não deve ser objeto de atuação *direta* do espiritismo, e sim reservada à atuação de cada cidadão *individualmente*. De um modo geral, pode-se dizer que as instituições espíritas devem ser preservadas não apenas da política partidária (a tribuna espírita não deve ser jamais utilizada como palanque eleitoral), mas da própria discussão *substantiva* de temática política – sobretudo candentes questões sociais que podem revelar a problemática agonística da democracia.

A acomodação ao *status quo*

As questões sociais, quando examinadas por oradores ou em artigos nos periódicos espíritas, são normalmente apresentadas sob um discurso calibrado num nível de abstração suficientemente genérico para não suscitar conflito. O modo mais comum de manter um alto grau de abstração é remeter qualquer problema social à necessidade da reforma íntima e exortando então para a missão específica do espiritismo. Ao operar deste modo, afastando o conflito de ideias políticas, os espíritas acabam por contribuir, por omissão, com a reprodução das ideias políticas dominantes.

Adicionalmente, a seletividade ideológica opera no corte daquilo que pode e do que não

¹³ Originalmente publicado sob o título *Espiritismo e política*, em 1982, pela DICESP – Divulgação Cultural Espírita S/C Editora, de Santos (ligada ao “grupo de Santos” do jornalista Jaci Régis, de caráter progressista), depois *como O Espiritismo e a política para a nova sociedade: reflexão e ação para espiritualizar o social*, pela Casa dos Espíritas, Livraria Espírita Libertação, de Lins, em 1994, o livro é então publicado pela editora da FEB, em 2014, sob o título *Espiritismo e política: contribuições para a evolução do ser e da sociedade*, com um capítulo adicional, “Paradigma para o exercício da cidadania”, e raras modificações pontuais (por exemplo, substituição de “A Doutrina Espírita denuncia” por “A Doutrina Espírita informa”). Aylton Guido Coimbra Paiva, nascido em Dois Córregos – SP, em 1937, é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ex-diretor técnico da Câmara Municipal de Lins – SP e funcionário público aposentado da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Articulista de diversos periódicos espíritas e palestrante, Aylton Paiva é presidente da União das Sociedades Espíritas (USE) Intermunicipal de Lins – SP, diretor de Departamento de Assistência e Promoção Social da USE, Coordenador Regional da Área do APSE da Comissão Regional Sul do CFN/FEB, diretor da Casa dos Espíritas em Lins – SP e presidente do Instituto Espírita de Estudos e Pesquisas Sociais (IEPES).

pode, excepcionalmente, ultrapassar a barreira da interdição política à ação coletiva organizada dos espíritas. Exemplo de possível exceção ante a interdição política é a Campanha Em Defesa Da Vida, promovida pela FEB, na qual, além de outras bandeiras, milita-se contra o aborto e a eutanásia, constituindo-se também como uma forma de pressão política contra a legalização dessas práticas por parte do governo.

Do ponto de vista da conformação ideológica a partir do corte de classe social, o espiritismo tende a ser lido pelas lentes da classe média, que compõe o perfil majoritário dos seus adeptos. Assim, mesmo no plano mais abstrato das ideias, quando articulistas e oradores se expressam quanto a questões sociais nos periódicos ou na tribuna espírita, posições políticas à esquerda tem grande dificuldade em serem aceitas como legítimas, enquanto posições conformistas ao *status quo* capitalista não costumam enfrentar resistência.

Por exemplo, em uma série de textos publicados sob o título “Grandes e pequenos problemas” nas páginas do *Reformador* entre 1926 e 1929, depois reunidos em livro publicado pela editora da FEB, Angel Aguero aborda questões sociais “sob a ótica espírita”, valendo-se de fórmulas e raciocínios que aparecem recorrentemente entre espíritas, de modo mais ou menos explícito. As desigualdades sociais, por exemplo, seriam necessárias para a evolução dos Espíritos até que o progresso moral da humanidade as tornasse prescindíveis. Seriam, portanto, resultado da “lei de causa e efeito”. Assim,

É preciso que haja pobres, porque os pobres são os que, em tempos passados, não havendo feito o uso devido das riquezas que lhes confiaram, forjaram para si a situação atual, de que ninguém os pode livrar, senão eles próprios, uma vez que tenham sofrido o caudal de consequências que seus atos anteriores geraram. (AGUERO, 1976, p. 158)

A lógica fatalista ainda obriga os que hoje vivem na condição da pobreza a ela conformar-se, “para satisfazer a justiça divina” (*Reformador*, jul. 1924, p. 267-268). Riqueza e pobreza são naturalizadas, tidas como condições necessárias pelas quais todos os espíritos devem passar para nelas se exercitar e assim evoluir. A formação material da riqueza e da pobreza, em termos de processo produtivo, é completamente abstraída (*Reformador*, jun. 1924, p. 247-249).

A justificação do *status quo* se dá também na ideia de que os governantes têm a permissão de Deus para o exercício do poder¹⁴. Durante a Ditadura Civil-Militar temos, em 1971, no Programa Pinga Fogo da TV-Tupi, uma manifestação de Chico Xavier nesse sentido, afirmando que o espiritismo “nos pede paciência para esperar os processos de evolução e as ações dos homens dignos que presidem os Governos”. Conclui excluindo o espiritismo da participação “no partidário de ordem política, para solucionar os problemas da vida material” (Pinga Fogo, jul, 1971). Emmanuel, em “Política Divina”, conclama os cristãos à prática do bem prescindindo da “política administrativa do mundo”, seguindo apenas a “política divina” exemplificada por Jesus. Para o espírito guia de Chico Xavier, a maioria dos administradores do mundo são “veneráveis prepostos da Sabedoria Imortal, amparando os potenciais econômicos, passageiros e perecíveis do mundo”, como que a dizer que o mundo já está sob a responsabilidade de bons administradores, o que escusa “os demais” a se envolverem em política (*Reformador*, jun. 1985, p. 165).

Sob a figura mais emblemática do espiritismo brasileiro, a legitimação do poder político vigente na Ditadura Civil-Militar foi eloquentemente explícita. Chico Xavier declarou que “a posição atual do Brasil é das mais dignas e das mais encorajadoras para nós, porque a nossa democracia

¹⁴ Trata-se de uma concepção que faz eco a uma tradição cristã que remonta à Carta aos Romanos, capítulo 13, versículos 1 a 7, da Bíblia, de onde se extrai a ideia de legitimidade das autoridades terrenas: “Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores, pois não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. De modo que aquele que se opõe à autoridade, resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação” (Romanos: 13-1). Todavia, estudiosos como Richard Horsley insistem no caráter igualitário da tradição judaica e do cristianismo primitivo. Assim, se Paulo de Tarso promove a universalização do igualitarismo, constituindo o cristianismo em ameaça anti-imperial frente ao domínio romano, a aludida passagem é compreendida como tática circunstancial de contenção à perseguição romana (HORSLEY, 2004).

está guardada por forças que nos defendem contra a intromissão de quaisquer ideologias vinculadas à desagregação” (Pinga Fogo, dez, 1971). Assim, “precisamos honrificar a posição atual daqueles que atualmente nos governam, que vigiam sobre os nossos destinos”, “nós devemos pedir para que tenhamos a custódia das forças armadas até que nós possamos encontrar um caminho em que elas continuem nos auxiliando como sempre para que nós não venhamos a descambar para qualquer desfiladeiro da desordem” (Pinga Fogo, dez, 1971).

Podemos então dizer que o posicionamento político se expressa também nas flutuações da identidade política dos espíritas, respondendo aos distintos contextos históricos. Se de um lado, em 1937, a FEB interditou expressamente a política partidária nas instituições espíritas, por outro lado, durante a Era Vargas, houve uma inflexão do universalismo pacifista que caracterizava o movimento espírita para uma postura patriótica, que não apenas exaltava o civismo como forjava uma mitologia nacionalista e flertava com o autoritarismo (LEWGOY, 2004; SILVA, 2005; MIGUEL, 2009b). As obras *Brasil, coração do mundo, pátria do Evangelho*, atribuída ao espírito Humberto de Campos e psicografada por Chico Xavier, e *A Grande síntese*, de Pietro Ubaldi, conjugam-se para forjar um imaginário político sintonizado com a ditadura varguista e a *nation building* brasileira.

A tradição socialista

Se por um lado a cautelosa postura de Kardec frente à política tenha contribuído para o desenvolvimento de um discurso de neutralidade, também é de se notar que *O Livro dos Espíritos* pode ser lido em termos de uma agenda política progressista. Na obra fundadora do espiritismo é possível encontrar elementos para a desnaturalização das desigualdades sociais, a preocupação com a satisfação no trabalho, o apelo para a garantia institucional do necessário para todos e a exigência de submeter o direito de propriedade aos critérios da justiça e da solidariedade, questionando-a também com tendo origem espúria (KARDEC, 2014). Conquanto Kardec fosse refratário à militância operária mais radicalizada, revelando, por vezes, concepções conservadoras atreladas a um referencial liberal, como apontou Artur Isaia (2004), existiria uma dimensão conciliatória no espiritismo de Kardec, destacada por Aubrée e Laplantine (1990, p. 77-80). Socialismo utópico e liberalismo comporiam então os vetores políticos em tensão no espiritismo.

É preciso lembrar que, de um lado, os socialistas utópicos eram frequentemente reencarnacionistas, como Pierre Leroux, Jean Reynaud e Charles Fourier, e, de outro, que entre os primeiros espíritas muitos eram socialistas utópicos. É o caso de Jean-Baptiste André Godin, espírita e deputado socialista de tendência fourierista eleito em 1871, que organizara um familistério operário, para o qual Pierre-Gaëtan Leymarie, republicano sucessor de Kardec na condução da *Revue Spirite*, buscou apoio entre os espíritas (AUBRÉE; LAPLANTINE, 1990, p. 73-74; EDELMAN, 1995, 2004; SHARP, 2006, p. 102-103). Lynn Sharp sublinha que para muitos franceses que testemunharam o fracasso da revolução de 1848 o espiritismo apareceu como uma alternativa de transformação social, especialmente sob a monarquia de Napoleão III (SHARP, 2006, p. 53). Já na Catalunha, como mostra Gerard Horta, houve forte confluência e em muitos casos a imbricação do anarquismo e do espiritismo, desde o século XIX até a violenta repressão da ditadura franquista (HORTA, 2001, 2004, 2015).

Na Argentina, Cosme Mariño, Manuel Porteiro e Humberto Mariotti, todos presidentes da Confederacion Espiritista Argentina, expressaram posições socialistas, chegando, no caso de Porteiro, a pressionar o movimento espírita internacional por uma inflexão à esquerda (AIZPÚRUA, 1999; BUBELLO, 2016; MARIÑO, 1960; MARIOTTI, 1967; PORTEIRO, 1941, 2002).

No Brasil, é possível encontrar expressões de um ideário socialista no próprio *mainstream* do movimento espírita. As vagas menções de Emmanuel a um “socialismo com Jesus” parecem bastante datadas e assemelham-se de certo modo ao tipo de socialismo esposado por Léon

Denis¹⁵.

Emmanuel diz que dentro

[...] das vibrações antagônicas do fascismo e do bolchevismo, fórmulas transitórias de atividades políticas do Velho Mundo, todos os que falam em decadência do liberalismo estão errados. Os governos fortes da atualidade, tenham eles os rótulos de nacionalismo ou internacionalismo, não de voltar-se, do círculo de suas experiências, para as conquistas liberais do espírito humano, caminhando com essas conquistas na sua estrada evolutiva, progredindo e avançando para o socialismo cristão do porvir. (XAVIER, 1938, p. 108).

São textos das primeiras décadas do século XX, quando a ideia de socialismo comportava referências bastante abstratas, gozando de um prestígio ainda não abalado com a fixação da referência ao “socialismo real” de matriz soviética, desqualificado mesmo entre a esquerda desde as denúncias dos crimes de Stalin. No seu conjunto, podemos dizer tratar-se mais de um esvaziamento de qualquer conteúdo de classe e revolucionário do socialismo que diga respeito à estrutura social, à exploração do trabalho e ao modo de produção. Apelando para a harmonia entre o capital e o trabalho, para uma fraternidade universal onde todos se preocupariam apenas em “servir”, Léon Denis e Emmanuel operam uma crítica de toda ação que implique em mobilização da luta de classes – greves, revoluções, imposição da igualdade “por decreto”. Emmanuel, em *O Consolador*, editado pela primeira vez em 1940, afirmou que:

Os regulamentos apaixonados, as greves, os decretos unilaterais, as ideologias revolucionárias, são cataplasmas inexpressivas, complicando a chaga da coletividade. O Socialismo é uma bela expressão de cultura humana, enquanto não resvala para os polos do extremismo. (XAVIER, 2013, p. 43).

Léon Denis, por sua vez, criticara o socialismo por não incutir nos operários aspirações superiores, baseadas em deveres, limitando-se a reivindicar direitos, que lhes melhorariam a condição material, mas não os tornariam mais felizes.

No domínio da economia social, o que reinou até aqui foi a livre concorrência, isto é, a luta dos interesses, a rivalidade, o antagonismo. Greves sucederam-se a greves, às coalizões, às sabotagens; os sindicatos operários arremeteram-se contra os sindicatos patronais e os trustes, isto é, a força contra a força, e o resultado inevitável: o ódio! Ora, o ódio não pode fundar nada de fecundo, de duradouro. É ao coração do homem que se deve dirigir. (DENIS, 1982, p. 40).

Então, seria preciso dirigir-se ao “coração do homem”, moralizá-lo, incutindo no povo “o amor pelo trabalho e a confiança na vida” (DENIS, 1982, p. 40). Daí a importância do espiritismo para o socialismo.

De todo modo, pode-se entender a aproximação de alguns espíritas a um vago ideário socialista cristão a partir das áreas de afinidade eletiva ou correspondência estrutural entre o cristianismo e o socialismo¹⁶ (LÖWY, 2000, p. 116-117).

Desde os tempos da República Velha, podemos identificar no espiritismo brasileiro a existência de uma condenação moral à sociedade materialista, que busca apenas o gozo, a

¹⁵ Léon Denis (1846-1927) foi um filósofo espírita francês, de origem operária, que atuou como uma das principais lideranças continuadoras do espiritismo após o falecimento de Allan Kardec.

¹⁶ Michael Löwy enumerou seis exemplos possíveis de áreas de afinidade eletiva (Max Weber) ou correspondência estrutural (Lucien Goldmann) entre cristianismo e socialismo: 1) valores transindividuais; 2) pobres são vítimas de injustiça; 3) universalismo, humanidade como uma totalidade; 4) valorização da comunidade, da partilha comunitária de bens, criticando a alienação e a competição egoísta da vida social moderna; 5) crítica do capitalismo e das doutrinas do liberalismo econômico, em nome de algum bem comum considerado mais importante que os interesses individuais de proprietários privados e 6) esperança de um reino futuro de justiça e liberdade, paz e fraternidade entre toda a humanidade (LÖWY, 2000, p. 116-117). Cabe assinalar que, entre os espíritas, não obstante a ênfase na caridade, há grande dificuldade no reconhecimento ontológico da injustiça, dada a premissa da perfeição da justiça divina e o recurso explicativo aos dispositivos da “lei de causa e efeito” (“karma”) e da reencarnação que, para muitos, explicariam toda a “suposta” injustiça sofrida no presente pela imputação de responsabilidade pretérita.

opulência, que é indiferente à miséria e gera depravação nas grandes cidades¹⁷. Daí um leito comum no qual correram concepções de um socialismo como humanitarismo, como educação das massas, como caridade com os mais pobres. Esta sensibilidade caritativa, mas também conciliatória com o elitismo liberal burguês, acaba por esvaziar o ideário socialista do seu conteúdo de classe, elidindo a exploração do trabalho. Em “Socialismo espírita”, de Luiz Dantas, se critica os espíritas que não percebem a extensão social do Espiritismo, que estaria nas obras de caridade: asilos, orfanatos e, sobretudo, escolas, ensinando os valores do trabalho, da dignidade e da honra: “Ao Espiritismo cabe, sobretudo, o papel de educar as massas, de livrá-las do jugo da escravidão, da ignorância e do erro” (*Reformador*, set. 1936, p. 337-338).

Existem, todavia, manifestações mais críticas à propriedade de tipo capitalista. Já em Pedro de Camargo (conhecido pelo pseudônimo Vinícius)¹⁸, encontramos no seu livro *Nas pegadas do mestre*, originalmente publicado em 1933, dois textos totalmente voltados ao tema do socialismo/comunismo e com referência à questão da propriedade, trazendo a defesa da comunidade de bens (VINÍCIUS, 2009). Em “Comunismo cristão”, o articulista parte do princípio de que a “Terra não é propriedade de ninguém: é patrimônio comum da Humanidade”. Portanto, o direito de posse, “invocado pelos homens com relação à terra e a todos os bens temporais que dela dimanam, é uma utopia”, é um pseudodireito. Sendo usufrutuários e não proprietários, tudo o que acumulamos para além das necessidades reais de nosso corpo é uma apropriação indébita (VINÍCIUS, 2009, p. 371-372).

Já em “Socialismo cristão”, Vinícius sustenta que deveria haver remuneração mais ou menos equivalente entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, visto que todos os membros da sociedade são igualmente necessários e indispensáveis para a harmonia do conjunto. Sua conclusão, todavia, é reformista: “capital e trabalho, cérebro e músculos” devem fazer as pazes (VINÍCIUS, 2009, p. 193-195). Como afirma em “Democracia cristã”, a igualdade social ou o nivelamento almejado das classes é aquele que eleva os de baixo sem rebaixar os de cima: “todos podem ser ricos, sábios e grandes”, portanto, a “rivalidade não tem nenhuma razão de ser”. Em outras palavras:

Na Terra há pão para todas as bocas, fato para cobrir toda a nudez, e riqueza suficiente para enricar todos os homens, ainda que sua população fosse muitas vezes maior do que na realidade é.

O Céu projeta bastante luz para iluminar todos os cérebros, bastante poder para valorizar os caracteres, bastante amor para enobrecer todos os corações.

Vós que sois sábios, ricos e poderosos, não vos atemorizeis. Vós que sois inscientes, pobres e pequeninos, alegrai-vos. Basta de egoísmo, basta de inveja e de ciúmes. Tenhamos fé, sejamos otimistas, e confraternizemos em nome do Cristianismo de Jesus. (VINÍCIUS, 2009, p. 273-274).

A propriedade privada é posta em cheque também na obra *O Reino*, de Herculano Pires¹⁹, na qual o filósofo conclama os espíritas e os cristãos em geral a um grande movimento pela efetivação do Reino de Deus, o que passaria pela doação dos bens para instaurar a justiça social (PIRES, 1946). No caso de Herculano Pires, há inclusive o reconhecimento positivo de Marx no que se refere aos seus objetivos últimos, que seriam convergentes com os do Cristo: “Queria o Reino, a igualdade dos homens, a sociedade sem classes, sem governos, sem opressões, sem propriedades egoístas, sem riquezas famigeradas. Queria restabelecer o valor do trabalho contra o

¹⁷ Veja-se, por exemplo, o texto “Fructos da doutrina materialista”, *Reformador*, 16 de outubro de 1917, p. 325-326.

¹⁸ Pedro de Camargo (1878-1966), conhecido pelo pseudônimo Vinícius, foi um destacado expoente do movimento espírita, atuando principalmente no Estado de São Paulo como orador e escritor, sendo conhecido pela eloquência no tratamento de “questões evangélicas”, isto é, referentes ao Novo Testamento. Vinícius foi comerciante e teve rápida passagem pelo Partido Republicano, chegando a assumir a cadeira de vereador em Piracicaba – SP, mas logo em seguida afastando-se da política partidária.

¹⁹ Herculano Pires (1914-1979), referido por Emmanuel como “o metro que melhor mediu Kardec”, foi o mais destacado filósofo do movimento espírita brasileiro. Jornalista, atuava profissionalmente na imprensa e escrevia para diversos periódicos espíritas.

falso, o mentiroso e ímpio valor da moeda” (PIRES, 1967, p. 103-104).

Mesmo assim, estas expressões de simpatia ao socialismo entre personagens do *mainstream* espírita caracterizam-se principalmente por uma espécie de gradualismo, assentado numa oposição dos termos *reforma/paz/educação* contra *revolução/violência/política*.

É assim que Vinícius afirma:

[...] certos indivíduos insensatos, senão tarados, têm procurado implantar pela violência doutrinas subversivas e perigosas, às quais indevidamente denominam de comunismo, socialismo, etc. Tais doutrinas, porém, nenhuma relação têm com o comunismo cristão. Este jamais se implantará à força; ele só vingará como efeito dum grande surto de progresso intelectual e de aperfeiçoamento moral da Humanidade. Por outra via, é escusado espera-lo. A felicidade, na Terra como no Céu, há de ser a consequência lógica e positiva duma causa: a educação de nosso espírito, determinando uma razão esclarecida, uma vontade firme e um coração puro. (VINÍCIUS, 2009, p. 373)

Herculano Pires, ainda que em muitos aspectos uma liderança progressista, mostrou-se consideravelmente refratário às implicações políticas de aproximações ideológicas do espiritismo, com o pensamento de esquerda. Insistia, assim, na insuficiência das “doutrinas sociais atualmente consideradas na Terra como decisivas”, o que se evidenciaria pelo “choque apocalíptico que nos ameaça”, opondo o mundo capitalista ao chamado mundo socialista (Mundo Espírita, set. 1971, p. 4). Fundamentalmente, Herculano pretendia que o espiritismo estivesse acima de qualquer doutrina social; mais ainda, pretendia que estivesse acima do “mundano”, dado o seu objetivo “exclusivamente espiritual”. O filósofo, temendo “relações promíscuas” com a política (“área de discórdias, em que fervem as paixões partidárias e ideológicas”) e suas “divergências mundanas” penetrando na área espírita, intentava proteger a pureza da Doutrina Espírita. Para ele,

O Espiritismo se liga a todos os campos das atividades humanas, não para entranhar-se neles, mas para iluminá-los com as luzes do Espírito. Servir o Mundo através de Deus é a sua função, e não servir a Deus através do Mundo, que nada pode dar a Deus, senão a obediência às leis divinas. (PIRES, 1992, p. 66).

De certo modo, a oposição de fundo é entre religião e política, e estrutura-se sob a lógica da dicotomia sagrado/profano. De um lado, o sagrado: a *verdadeira* transformação, perene e profunda, só pode ser espiritual, pela reforma íntima de cada indivíduo, o que se constitui num processo gradual de autoeducação. De outro, o profano: o mundo da política é externo, superficial, efêmero e ilusório, por isso as revoluções estariam condenadas ao fracasso por não tocar no âmago espiritual dos indivíduos. Por rejeitar o profano, estas expressões de simpatia ao socialismo carecem de densidade política – o que, parece-nos, contribui para o pouco impacto verificado no seio do movimento espírita.

O Movimento Universitário Espírita

Por outro lado, há que se destacar a formulação mais engajada e consequente do ideário socialista no âmbito do espiritismo brasileiro que se deu com o Movimento Universitário Espírita, liderado pelos jovens Armando de Oliveira Lima e Adalberto Paranhos,²⁰ entre os anos 1967 e 1974,

²⁰ Armando Oliveira Lima nasceu em 1934 em Sorocaba – SP, graduou-se em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba e lecionou na Faculdade de Comunicação Social de Itapetininga e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Tatuí. Atuou no MUE de Sorocaba e no MUE de Campinas como um dos líderes mais incendiários, tendo já larga experiência como palestrante. Acabou desligando-se do movimento espírita, embora mantenha suas convicções filosóficas. É considerado um agitador cultural, atuando como literato, cronista e autor de peças teatrais. Hoje está aposentado como funcionário público da Justiça do Trabalho. Adalberto Paranhos nasceu em 1948 em São Paulo – SP, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais e em Ciências Sociais pela PUC de Campinas respectivamente em 1970 e 1974, concluiu mestrado em Ciência Política pela Unicamp em 1997 e doutorado em História pela PUC de São Paulo em 2005. Foi presidente da Mocidade Espírita Allan Kardec e a mais destacada liderança do MUE de Campinas, desligando-se do movimento espírita com o término do MUE. Atualmente é professor da Universidade

no estado de São Paulo (MIGUEL, 2014).

O MUE foi obra de um grupo de jovens universitários espíritas que, a exemplo da teologia da libertação, ou cristianismo da libertação, para usar a expressão de Michael Löwy (2000), beberam do humanismo cristão e do humanismo marxista, bem como da tradição socialista espírita, apoiando-se em Herculano Pires e Humberto Mariotti, em Emmanuel Mounier e Eric Fromm.

Estes jovens, por meio de sua principal publicação, *A Fagulha*, e de sua atuação, sobretudo no movimento espírita juvenil, insistiram na necessidade de que o movimento espírita de um lado resgatasse o aspecto científico e filosófico da doutrina espírita e, de outro, respondesse politicamente aos problemas sociais contemporâneos, colocando o espiritismo em diálogo crítico com as ciências e as correntes do pensamento que tivessem algo a dizer a respeito, como o marxismo.

Investia-se assim em noções sintéticas, como “práxis espírita” e “espiritismo dialético”. O amor e a luta pelo bem são intrincados à reforma das estruturas sociais. Assim, educação e política deveriam servir à implantação do socialismo, por sua vez amparado numa forma de amor consciente, dinâmico e finalista, referenciada na tradição do cristianismo primitivo (*A Fagulha*, nº 1, out. 1967, p. 7-16). O capitalismo deveria ser superado pelo socialismo a partir da busca pela fraternidade social, entendendo que num sistema alicerçado na propriedade privada e no “espírito de posse” seria impossível viver plenamente os pressupostos do amor (*A Fagulha*, nº 9, set. 1969, p. 22-23). Para Adalberto Paranhos, “concorrência e amor são contrários, solidariedade e lucro são antagonicos” e, no capitalismo, “o trabalho não é canalizado em função do que é necessário ao homem, mas, sim àquilo que mais renda possa propiciar a uns poucos interessados” (*A Fagulha*, nº 9, set. 1969, p. 23). Finalmente, a paz só seria possível com justiça social, já que a “*desigualdade de riquezas*” gera “*as desigualdades de afetos e sentimentos*” (*A Fagulha*, nº 9, set. 1969, p. 23-24; grifos no original).

O fato de ter querido provocar uma profunda transformação no caráter do movimento espírita brasileiro, fazendo-o inclinar-se para polêmicas questões políticas e sociais, em plena Ditadura Militar, colocou o MUE em rota de colisão com os dirigentes do movimento espírita e suas principais instituições, como a USE em São Paulo e a FEB em âmbito nacional, o que inviabilizou a continuidade da sua atuação.

O intento crítico procurava desestabilizar as convicções dogmáticas hegemônicas no movimento espírita, utilizando-se de métodos provocadores. Por exemplo, Adalberto Paranhos relata um procedimento adotado em palestras que visava despertar os espíritas para o “fideísmo crítico”, expressão cunhada por Herculano Pires em equivalência à “fé raciocinada” de Allan Kardec:

Passei também a tentar trazer para o primeiro plano a participação do público. [...] Eu apresentava uma frase, “olha, não critique ninguém, tatata, a crítica é negativa... bababa”. Pedia às pessoas que analisassem: “não, mas espera aí, há coisas que devem ser criticadas, tal, tal, tal”. E aí, depois eu revelava o autor: “André Luiz, psicografia de Chico Xavier”. Só que as pessoas já tinham criticado André Luiz, não é, sem saber quem era o autor, até porque eu partia do pressuposto de que ora, pouco importa quem tenha dito isso ou aquilo, trata-se de analisar o conteúdo, né. E mais uma frase, aí apontava outra: “olha, os negros, pela sua conformação craniana tem uma capacidade mental sensivelmente inferior a da raça branca etc. e tal”. Pô, choviam críticas a essa formulação. “Pô, racista, ultrapassada etc. e tal”. “Allan Kardec, Revista Espírita, 1857. Só que é preciso dar os devidos descontos, se não caímos aqui no anacronismo. Na época se acreditava nisso, antropologia física sustentava esse tipo de coisa. Só que Kardec era um homem do seu tempo, falível como outro qualquer. Acontece que nós, espíritas, frequentemente, embora Kardec tenha feito a pregação contra o culto a imagens, o endeusamento de certas figuras etc. e tal, acabamos promovendo a canonização de Allan Kardec. Então... ele também fazia avaliações tremendamente equivocadas”. Por último eu

Federal de Uberlândia, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais, no Programa de Pós-graduação em História e na graduação em Música. Paranhos é autor dos livros *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalho no Brasil*, publicado pela Editora Boitempo, e *Os desafinados: sambas e bambas no “Estado Novo”*, publicado pela Intermeios.

apresentava uma frase sobre o amor, uma maravilha, todo mundo aplaudia, lavava a alma diante do que eu anotava na louca etc. Aí: “Autor (depois de rasgados elogios) Karl Marx, Manuscritos econômico-filosóficos”. Nossa, isso, como gostava de dizer o Eduardo Simões, tinha o efeito de um TNT no centro espírita. (Depoimento oral concedido dia 29/8/2010).

Explica-se a tática provocativa a partir da forte inquietação dos jovens universitários espíritas diante dos dramas sociais candentes que, em tese, deveriam despertar os espíritas para uma ação decididamente transformadora. Edson Coelho, integrante do MUE que posteriormente vinculou-se ao Movimento de Emancipação do Proletariado, descrevia a situação das

Multidões violentadas [que] servem inconscientemente aos propósitos de uma poderosa minoria que as manipula qual máquinas, fazendo-as produzir riquezas, as quais irão se concentrar em suas mãos opressoras valendo-se, para esse fim, do condicionamento planejado que via ao embotamento da consciência crítica. (Espírito Universitário, nº 1, jun. 1971, p. 4).

Diante desta realidade, entristece-se o articulista em razão da postura adotada pelos espíritas, não condizente com uma doutrina que “representa a vivificação do humanismo”:

Infelizmente, a teoria não é lá muito condizente com a realidade, uma vez que os espíritas, encampando, seja pela ação, seja pela omissão, a defesa do status quo, continuam a fazer vistas grossas às implicações nitidamente sociais do espiritismo, olvidando que o progresso humano se nos apresenta como consequência direta do relacionamento social. (Espírito Universitário, nº 1, jun. 1971, p. 5).

Em suma,

[...] a militância espírita, com raras exceções, parece não haver compreendido a extensão do papel histórico do espiritismo face ao verdadeiro fim de ciclo evolutivo pelo qual passa a civilização. Presa de um religiosismo retrógrado, imbuída de uma concepção mística, profundamente misoneísta, acomoda-se a uma estrutura social injusta e desumana, numa posição, conforme os espíritas apregoam aos quatro cantos, apolítica, como se isso fosse possível, visto que em se alienando da problemática social, assumem a pior das posições políticas, a do assentimento pela omissão, a da presença omissa. (Espírito Universitário, nº 1, jun. 1971, p. 5).

O discurso dominante da neutralidade política, a marginalidade e debilidade em termos de afirmação política da tradição socialista espírita, o contexto pouco favorável da ditadura civil-militar à manifestação política de uma minoria religiosa e o perfil ideológico hegemônico dos espíritas enquanto pertencentes à classe média explicam o fulminante rechaço ao discurso politizado do MUE em torno do socialismo e da transformação do movimento espírita.

Por contraste, o MUE mostrou os limites da tradição intelectual espírita de viés socialista que se mantinha, ainda que discretamente, nas palavras de figuras importantes do espiritismo brasileiro. Se Herculano Pires fora, por seus escritos e por seu declarado apoio inicial, um dos pilares principais de sustentação do discurso e da atuação do MUE²¹, ao final passou a fazer oposição ao grupo de jovens universitários espíritas que agitava polemicamente as águas relativamente calmas do movimento espírita brasileiro.

Após um conflito em torno da publicação pelo MUE de um texto de Herculano intitulado *Espiritismo Dialético* (no qual figurava um prefácio rechaçado por este, escrito por um membro do

²¹ Veja-se, por exemplo, a publicação na revista *A Fagulha*, de citações da introdução escrita por Herculano Pires ao livro de Humberto Mariotti, *Dialética e Metapsíquica*. Sob o título de “Lições do ‘Mestre’ Herculano...” as citações revelam a faceta mais à esquerda do respeitado filósofo espírita. Podemos destacar os seguintes pontos: o Espiritismo dialético vem superar a religião mística e o materialismo da simples observação metapsíquica; a ação não-violenta é a “solução espiritual” (cita Ruskin, Tolstoi, Tagore e Gandhi); valoriza-se Marx e Engels; a indissociabilidade da reforma íntima e da reforma social, ou, em outras palavras, prega-se a renovação integral do homem na sua expressão individual e coletiva; faz-se referência a métodos de ação, como a comunidade apostólica do cristianismo primitivo e as recentes colônias de produção de Israel; fala-se em desenvolvimento do espírito coletivista de cooperação (*A Fagulha*, nº 6, ago.-out. 1968, p. 8-11).

MUE, recheado de conceitos marxistas e de forte teor crítico ao movimento espírita), e de um subsequente embate público entre o filósofo e o jovem líder Adalberto Paranhos, selou-se o divórcio entre a face mais moderada e a expressão mais radicalizada da tradição intelectual espírita de viés socialista no Brasil (MIGUEL, 2014, p. 200-214). As seguintes palavras de Herculano Pires ilustram o sentido deste desacordo:

Um dos problemas que mais chocaram os jovens espíritas foi o social. Quiseram fazer do Espiritismo uma arma de luta para a transformação social do mundo. Suas intenções eram boas, mas faltava-lhes o conhecimento da visão social do Espiritismo. A revolução social espírita não é periférica. É a continuação da revolução social cristã. Ao contrário das doutrinas sociais que pretendem modificar as estruturas externas, a doutrina espírita procura modificar as bases, os fundamentos dessas estruturas externas, a partir do homem. Não pode opor à violência dominante uma violência que pretende dominar. O objetivo espírita é a substituição da violência pelo amor. (Educação Espírita, Revista de Educação e Pedagogia, nº 5, jul.-dez. 1973, p. 65)

O apelo para a ação política posto pelo MUE, ainda que declaradamente não violenta, chocou-se com o gradualismo conformista dominante entre os espíritas de sensibilidade mais à esquerda, para quem a própria política, vista como força “externa” ao homem, poderia, no limite, ser compreendida como uma espécie de violência. Em suma, pode-se dizer que a insistência na via exclusiva da educação e da evolução do indivíduo, encerrada na dicotomia sagrado/profano, acabou interditando decisivamente problematizações politizadas sobre vias de reforma social, de “promoção social do homem”, de “revolução integral” que atingiria por igual a “esfera moral e a econômica” (*A Fagulha*, nº 12, nov-dez. 1970, p. 10-11).

Considerações finais

Vimos ao longo deste artigo que, não obstante a conformação de um discurso dominante de neutralidade política entre espíritas, funcional à adaptação conservadora ao capitalismo, existe uma tradição socialista no espiritismo. A presença do ideário socialista entre os espíritas possui antecedentes europeus, na América Latina encontra forte expressão na Argentina e no Brasil aparece como uma tradição minoritária. As variações de composições discursivas e de relações de força, simbólicas e políticas, em termos de um espiritismo mais conservador e outro mais à esquerda, devem ser explicadas a partir da investigação histórica, sociológica e antropológica (BOURDIEU, 2000; HERVIEU-LÉGER; WILLAIME, 2009; MASSENZIO, 2005, LÖWY; DIANTEILL, 2005). É nesse sentido que situamos o nosso esforço em analisar alguns dos aspectos atinentes a essa trama envolvendo política e religião, do século XIX aos nossos dias.

Para encaminharmos nossa conclusão, acreditamos ser relevante uma breve consideração acerca do tempo presente. Na atualidade, marcada pela confluência de um discurso ultraconservador no plano moral e de uma prática neoliberal no plano econômico, o autoritarismo de extrema-direita se afirma como solução política. São forjados assim, no plano do imaginário político, os novos/velhos inimigos da nação: os “esquerdistas”, os “petralhas”, que estariam corrompendo a juventude com a “ideologia de gênero” e saqueando o país por meio de um projeto de poder criminoso que almeja implantar o comunismo ateu e anti-família.

Entre importante parcela dos espíritas, se vê uma adesão à retórica autoritária e à ideia de limpeza contra a corrupção – que assume uma conotação ampla, abrangendo toda a sorte de comportamentos considerados desviantes ou decaídos. Aproximam-se assim do fundamentalismo neopentecostal (inclusive, em alguma medida, no perfil de voto, como revelaram pesquisas nas eleições presidenciais de 2018), denunciando a “implantação” da “ideologia de gênero”, o materialismo ateu esquerdista, corruptor da família, da autoridade, da sexualidade sadia etc. Nesse sentido, é altamente ilustrativa a fala de Divaldo Franco, o mais influente líder espírita da atualidade, proferida por ocasião de sua participação no 34º Congresso Espírita de Goiás, em fevereiro de 2018, registrada em vídeo e divulgada na internet (SIGNATES, 2019).

Nessa fala, Divaldo ataca a chamada “ideologia de gênero” como criação de Marx (atribuindo a ele a intenção de “escravizar um povo moralmente”, associando marxismo com corrupção e denunciando a “ideologia de gênero” como um plano para fazer as crianças crescerem sem qualquer princípio moral), vincula sua “implantação” no Brasil aos governos dos últimos dez anos (portanto, aos governos petistas) e elogia o juiz Sérgio Moro como “venerando”, referindo-se a ele como o presidente da “república de Curitiba”.

Um grupo de autointitulados “espíritas progressistas” redigiu uma nota crítica a esta fala, produzindo uma repercussão que envolveu comentário do colunista Rodrigo Constantino apoiando a fala de Divaldo, posicionamentos de espíritas em blogs e redes sociais (em apoio seja ao discurso de Divaldo, seja à nota crítica dos “espíritas progressistas”) e uma nota de Divaldo criticando seus críticos.

Para finalizar, pode-se então dizer que uma tendência espírita à direita encontra resistência entre os autodenominados “espíritas progressistas”, articulados, sobretudo, em redes sociais e em grupos paralelos à organização federativa estruturada em torno da FEB. A pedagoga anarquista Dora Incontri, responsável pela Associação Brasileira de Pedagogia Espírita e pela Universidade Livre Pampédia, é uma das principais referências entre os progressistas. Podemos referir ainda o grupo Espiritismo e Direitos Humanos, de São Paulo – SP, o Coletivo Espírita pela Transformação Social, o jornal *Crítica Espírita*, de Vitória – ES, o grupo Puebla – Espiritismo para o Povo, a Associação Espírita de Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (AEPHUS), sediada em Goiânia – GO, o Coletivo de Estudos Espiritismo e Justiça Social, o coletivo *Ágora Espírita*, de Pernambuco, e o grupo Espíritas à Esquerda, que produziu um encontro em Salvador – BA, com a presença de ex-ministros dos governos petistas.

Conquanto existam diferenças no interior deste campo progressista espírita, expressando, em parte, recortes políticos e identitários presentes no cenário nacional mais amplo, podemos sublinhar sua capacidade de convergência em torno de pautas, propostas e reivindicações comuns. É o que se pode depreender, por exemplo, do recente *Manifesto dos espíritas progressistas pela abertura do processo de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão*, assinado individualmente por espíritas que se identificam como pertencentes a um amplo conjunto de grupos, coletivos e instituições do chamado campo progressista.

As tensões e fissuras produzidas pelos embates político-religiosos entre os espíritas imprimiram, historicamente, reconfigurações discursivas e reordenamentos identitários e mesmo institucionais. Com toda a probabilidade, os ulteriores desenvolvimentos dessa trama que hoje revela um acirramento e crescente explicitação de conflitos haverão de repisar disposições políticas historicamente situadas, dando a ver como os agentes sociais vinculam-se ao passado e a distintas tradições na sua tentativa de afirmar o novo ou de conservar “ortodoxias” e “ortopráticas”. Ainda assim, o resultado, sendo fruto de uma dinâmica relacional, é sempre em alguma medida imprevisível, comportando possibilidades que extrapolam a mera reprodução do presente e a ressignificação intelectualmente consciente do passado. Daí podermos vir a conhecer novos espécimes de espiritismo ainda não vislumbráveis, mesmo que sob o manto de tradições politicamente mais progressistas ou conservadoras.

Referências

ARRIBAS, Célia da Graça. *No princípio era o verbo: espíritas e espiritismos na modernidade religiosa brasileira*. Tese (Doutorado em Sociologia) – USP, São Paulo, 2014.

AIZPÚRUA, Jon. *O pensamento vivo de Porteiro: homenagem ao fundador da sociologia espírita*. São Paulo: C. E. “José Barroso”, 1999.

AUBRÉE, Marion; LAPLANTINE, François. *La table, le livre et les esprits: naissance, évolution et actualité du mouvement social spirite entre France et Brésil*. Paris: J. C. Lattès, 1990.

- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BUBELLO, Juan Pablo. De “Jesús no es Dios” à “Jesús... es el verdadero fundador del socialismo”. Ocultismo y política en el espiritismo kardecista argentino (1870-1930): liberalismo anti-clerical, socialismo anti-bolchevique, debates, cambios y límites”. *Melancolia*, nº 1, p. 51-74, 2016.
- BURITY, Joanildo A. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *REVER – Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, PUC-SP, n. 4, p. 27-45, 2001.
- DAMAZIO, Sylvia. *Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.
- DENIS, Léon. *Socialismo e Espiritismo*. Matão: O Clarim, 1982.
- EDELMAN, Nicole. *Voyantes, guérisseuses et visionnaires en France (1785-1914)*. Paris: Albin Michael, 1995.
- EDELMAN, Nicole. Spiritisme et politique. *Revue d'histoire du XIXe siècle*, n. 28, v. 1, p. 149-161, 2004.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle; WILLAIME, Jean-Paul. *Sociologia e religião: abordagens clássicas*. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.
- HORSLEY, Richard. *Paulo e o Império: religião e poder na ordem imperial romana*. São Paulo: Paulus, 2004.
- HORTA, Gerard. *De la mística a les barricades: introducció a l'espiritisme català del XIX dins el context ocultista europeu*. Barcelona: Proa, 2001.
- HORTA, Gerard. *Cos i revolució: l'espiritisme català o les paradoxes de la modernitat*. Barcelona: Edicions de 1984, 2004.
- HORTA, Gerard. Catalan Spiritism and the paradoxes of modernity. “Ghosts of Modernity: Spiritism and History in Catalonia, Puerto Rico, and Cuba”. *American Historical Association*, 129th Annual Meeting. New York, s.p., 2015.
- ISAIA, Artur Cesar. Espiritismo, conservadorismo e utopia. In: PINTO, Elisabete A; ALMEIDA, Ivan A. de (orgs.). *Religiões: tolerância e igualdade no espaço da diversidade*. São Paulo: Fala Preta, 2004. p. 101-116.
- KARDEC, Allan. *O livro dos espíritos*. Brasília: FEB, 2014 [1860].
- KARDEC, Allan. *O livro dos médiuns*. Rio de Janeiro: FEB, 1996 [1861].
- LEWGOY, Bernardo. *O grande mediador: Chico Xavier e a cultura brasileira*. Bauru: EDUSC, 2004.
- LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LÖWY, Michael; DIANTEILL, Erwan (orgs.). *Sociologies et religions, approches dissidentes*. Paris: PUF, 2005.
- MARIÑO, Cosme. *Concepto Espiritista del Socialismo*. Buenos Aires: Editorial Victor Hugo, 1960.
- MARIOTTI, Humberto. *O homem e a sociedade numa nova civilização*. São Paulo: Edicel, 1967.
- MASSENZIO, Marcello. *A história das religiões na cultura moderna*. São Paulo: Hedra, 2005.

- MIGUEL, Sinuê. Espiritismo fin de siècle: a inserção do espiritismo no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 4, p. 145-184, 2009a.
- MIGUEL, Sinuê. Espiritismo e política: o compasso dos espíritas com a conjuntura dos anos 1930-1940. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 10, n. 15, p. 39-70, 2009b.
- MIGUEL, Sinuê. A questão política no Espiritismo: o sagrado e o profano em tensão. In: MOURA, Carlos André S. de; SILVA, Eliane Moura da; SANTOS, Mário R. dos; SILVA, Paulo Julião da (Orgs.). *Religião, Cultura e Política no Brasil: Perspectivas Históricas*. 10. ed. Campinas: Coleção Ideias. IFCH – UNICAMP, 2011. p. 85-108.
- MIGUEL, Sinuê. *Movimento Universitário Espírita: religião e política no espiritismo brasileiro (1967-1974)*. São Paulo: Alameda, 2014.
- NOGUEIRA, Fausto Henrique Gomes. *Os espíritos assombram a metrópole: sociabilidades espiritualistas (espírita e esotérica) em São Paulo na Primeira República*. Tese de Doutorado em História pela USP, 2016.
- PAIVA, Aylton. *Espiritismo e política: contribuições para a evolução do ser e da sociedade*. Brasília: FEB, 2014.
- PIRES, José Herculano. *O reino*. São Paulo: LAKE, 1946.
- PIRES, José Herculano. *O reino*. São Paulo: EDICEL, 1967.
- PIRES, José Herculano. *O centro espírita*. São Paulo: Lake, 1992.
- PORTEIRO, Manuel. *Concepto Espírita de la Sociología*. Buenos Aires: Editorial Victor Hugo, 1941.
- PORTEIRO, Manuel. *Espiritismo Dialético*. São Paulo: C. E. “José Barroso”, 2002.
- RIZZINI, Jorge. J. *Herculano Pires – o apóstolo de Kardec*. São Paulo: Paidéia, 2001.
- SHARP, Lynn L. *Secular spirituality: reincarnation and Spiritism in nineteenth-century France*. Lanham: Lexington Books, 2006.
- SIGNATES, Luiz. Espiritismo e política: os tortuosos caminhos do conservadorismo religioso e suas contradições no Brasil. *Caminhos*, Goiânia, Especial, v. 17, p. 138-154, 2019.
- SILVA, Eliane Moura. Maçonaria, Anticlericalismo e Livre Pensamento no Brasil (1901-1909). Comunicação apresentada no XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH, Belo Horizonte, 1997. p. 1-26.
- SILVA, Fábio Luiz da. *Espiritismo: história e poder (1938-1949)*. Londrina: Eduel, 2005.
- VINÍCIUS. (Pedro de Camargo). *Nas pegadas do mestre*. Rio de Janeiro: FEB, 2009.
- XAVIER, Francisco Cândido. (Espírito Emmanuel). *Emmanuel*. Rio de Janeiro: FEB, 1938.
- XAVIER, Francisco Cândido. (Espírito Emmanuel). *O Consolador*. Rio de Janeiro: FEB, 2013.

Notas de autoria

Sinuê Neckel Miguel é Professor substituto de História na UEPB. Possui bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2012) e doutorado em Ciências Sociais pela mesma universidade (2017), tendo realizado estágio de doutorado “sanduíche” pelo acordo CAPES/COFECUB junto ao GTM, CRESPPA, Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis e Université Paris Nanterre. Vem atuando principalmente nos seguintes temas: espiritismo, política, socialismo, autogestão e Iugoslávia. E-mail: sinueneo@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

MIGUEL, Sinuê N. Disposições políticas no espiritismo brasileiro: entre “neutralidade” conservadora e aspirações socialistas. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 42, p. 86-104, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 01/03/2020.

Aprovado em 11/06/2020.